

### INFORME LEGISLATIVO

A Assessoria de Assuntos Legislativos da FIEMG envia periodicamente, os resultados das reuniões das Comissões Permanentes e Plenárias do Senado Federal, Câmara dos Deputados, Assembleia Legislativa de Minas Gerais e Câmara Municipal de Belo Horizonte. Seleccionamos apenas as proposições e assuntos de interesse da indústria.

#### **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA – RESULTADO DA AGENDA SEMANAL 24 A 28 DE ABRIL**

#### **INTERESSE GERAL DA INDÚSTRIA**

##### **• INFRAESTRUTURA**

**Audiência Pública:** O objetivo foi debater o retorno da operação de voos de grande porte no Aeroporto da Pampulha e suas consequências.

**Autores do requerimento:** Dep. Antonio Carlos Arantes e Dep. Roberto Andrade

**Resultado:** audiência realizada no dia 25 de abril, na ALMG, com a presença do Sr. Adair Evangelista Marques, Superintendente do Instituto Euvaldo Lodi - IEL, representando o Presidente Olavo Machado Júnior. A **retomada dos voos comerciais** de grande porte, no **Aeroporto da Pampulha**, foi rechaçada pela maior parte dos participantes. Os principais argumentos utilizados foram relacionados à necessidade de não gerar competição com o Aeroporto Internacional de Confins.

##### **• POLÍTICA ECONÔMICA**

**Audiência Pública:** O objetivo foi debater o Projeto de Lei 4135/2017, de autoria do Governador do Estado que trata da criação de fundos.

**Autores do requerimento:** Dep. João Magalhães; Dep. Sargento Rodrigues; Dep. Dirceu Ribeiro; Dep. Cabo Júlio e Dep. Arnaldo Silva.

**Resultado:** audiência realizada no dia 27 de abril, na ALMG. O projeto, que tramita em regime de urgência, cria seis fundos estaduais de incentivo e financiamento de investimentos. De acordo com o secretário de Estado de Fazenda, José Afonso Bicalho, os fundos têm o objetivo de incentivar investimentos públicos e privados no Estado. O texto institui ainda o Programa de Regularização de Créditos Tributários. Diante dos inúmeros questionamentos e dúvidas sobre como funcionariam os fundos imobiliários, o Presidente da Comissão de Administração Pública – Deputado João Magalhães, informou que solicitou ao Presidente da ALMG, que contactasse o Governador, solicitando que o mesmo retire a urgência, a fim de que a matéria seja melhor analisada, debatida e consequentemente, o texto encaminhado para votação em Plenário, esteja coeso e democrático.

### CÂMARA MUNICIPAL – RESULTADO DA AGENDA SEMANAL 24 A 28 DE ABRIL

#### INTERESSE SETORIAL

- **SINDICATO DAS EMPRESAS DE COLETA, LIMPEZA E INDUSTRIALIZAÇÃO DO LIXO DE MINAS GERAIS**

**Projeto de Lei 113/2017 - Primeiro Turno:** Dispõe sobre a instalação de mobiliário urbano no subsolo para depósito, acondicionamento e recolhimento de lixo.

**Autor:** Ver. Jair di Gregório

**Relator:** Ver. (a) Flávio dos Santos

**Resultado:** Aprovado na Comissão de Saúde e Saneamento.

**Posicionamento FIEMG:** Divergente - A nosso sentir, o projeto não merece prosperar. À toda evidência, o eminente autor incorre em vício de iniciativa, eis que interfere no exercício de atividade do Poder Executivo, definindo-lhe atribuições e, até mesmo, em matéria própria ao juízo de discricionariedade técnica de seus órgãos. Válido dizer que a destinação de resíduos, assim como os serviços de coleta e manejo, já possuem legislação municipal específica, estando a cargo da Superintendência de Limpeza Urbana (SLU). Por se tratar de um órgão técnico, integrante da estrutura do Poder Executivo, o mesmo já dispõe de função normativa infralegal para estabelecer até mesmo os padrões afetos ao acondicionamento e coleta dos resíduos. Não fosse o bastante, a definição abstrata da forma de acondicionamento dos resíduos sólidos soa absolutamente contraditória aos preceitos ambientais, cujo ordenamento já estabelece mecanismos de controle e fiscalização próprios a cada caso concreto. Em outras palavras, os diferentes tipos de resíduos exigem destinação também específica, à luz até mesmo da Política Nacional de Meio Ambiente, Política Nacional de Resíduos Sólidos e demais diplomas legais aplicáveis. Por fim, depreende-se flagrante impacto no orçamento municipal, criando despesas não previstas. A ausência de estudo de impacto financeiro contraria os rigores da lei de responsabilidade fiscal. Com base nessas breves considerações, manifestamos posicionamento divergente.

**Prioridade:** Alta

**Onde está:** Encaminhado para apreciação da Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana. Posteriormente à Comissão de Orçamento e Finanças Públicas.

O Sistema FIEMG, através da Assessoria de Assuntos Legislativos, continuará a acompanhar os temas e as proposições legislativas, defendendo os posicionamentos do setor industrial mineiro junto ao Congresso Nacional, Assembleia Legislativa de Minas Gerais e Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários através do e-mail: [legislativo@fiemg.com.br](mailto:legislativo@fiemg.com.br)

Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais  
Assessoria de Assuntos Legislativos  
Contato: (31)3263-4367/4368